



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 595, DE 2012, ADOTADA EM 06 DE DEZEMBRO DE 2012 E PUBLICADA EM 07 DE DEZEMBRO DE 2012, QUE “DISPÕE SOBRE A EXPLORAÇÃO DIRETA E INDIRETA, PELA UNIÃO, DE PORTOS E INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS E SOBRE AS ATIVIDADES DESEMPENHADAS PELOS OPERADORES PORTUÁRIOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 14H30, NO PLENÁRIO Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, DO SENADO FEDERAL.

Às catorze horas e cinqüenta e cinco minutos do dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e treze, na Sala número dois da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Deputado José Guimarães, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 595, de 2012, com a presença das Senadoras Ana Rita e Kátia Abreu, dos Senadores Eduardo Braga, Humberto Costa, Antônio Carlos Valadares, Flexa Ribeiro, Eduardo Amorim, Sérgio Souza, José Pimentel, Lindbergh Farias, Inácio Arruda e Armando Monteiro; da Deputada Fátima Pelaes e dos Deputados Geraldo Simões, Edinho Bez, Manoel Júnior, Marcos Montes, Eduardo Sciarra, Beto Mansur, Onyx Lorenzoni, Milton Monti, Márcio França, Paulo Pereira da Silva, Arnaldo Jardim, Nelson Markezelli, Vitor Paulo, Roberto Santiago, Cesar Colnago e Glauber Braga. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião. O Presidente passa a palavra ao Relator, Senador Eduardo Braga, para que apresente o cronograma de trabalho. Lido o plano de trabalho, é colocado em discussão. Após a leitura do cronograma, usam da palavra para discutir os Deputados Paulo Pereira, Geraldo Simões, Edinho Bez, Manoel Júnior, Marcos Montes, Roberto Santiago, Beto Mansur, Onyx Lorenzoni, Milton Monti, Márcio França, Glauber Braga e Arnaldo Jardim e o Senadores José Pimentel e Ana Rita. Colocado em votação, é aprovado o cronograma de trabalho (Requerimento nº 01 de 2013 - MPV 595/2012). Colocados em votação, são aprovados os Requerimentos nº 02, de iniciativa do Deputado Arnaldo Jardim, nº 03, com a retirada do nome do Sr. Roberto Nogueira - Presidente da Confederação Nacional do Comércio, 04 e 05, todos de iniciativa do Senador José Pimentel e nº 06, de autoria da Senadora Ana Rita. Ficam prejudicados os Requerimentos de autoria do Deputado Paulo Pereira da Silva; e do Senador José Pimentel, em virtude de os nomes citados estarem contemplados no cronograma de trabalho aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezesseis horas e um minuto, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente

Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado José Guimarães, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Deputado JOSÉ GUIMARÃES
Presidente

**SECRETARIA-GERAL DA MESA****SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA****SUBSECRETARIA DE REGISTRO E APOIO A REUNIÕES DE COMISSÕES**

MP 595/2012 (2ª Reunião)

27/02/2013

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Boa tarde a todos os Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas.

Havendo quórum regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 595, de 2002.

Não havendo quórum para aprovar a ata...

O objetivo desta reunião, Sr^s e Srs. Parlamentares, é definir o calendário e a agenda de trabalho desta importante Comissão especial de Deputados e Senadores.

É importante que todos atentem para a necessidade de ampliarmos o diálogo. Este é o espírito desta Comissão especial: dialogar, dialogar, dialogar e, após dialogarmos, iniciarmos o processo de construção do relatório, que tem nada menos do que o eminente Senador Eduardo Braga, que, com certeza, ao produzir o seu relatório, vai procurar expressar o máximo de unidade possível daquilo que construímos aqui nesta Comissão especial.

O estado de espírito da Mesa desta Comissão e deste Presidente é trabalharmos em conjunto. Aqui é proibido proibir. As pessoas podem falar no mais absoluto clima de harmonia, entendendo que todos querem o melhor funcionamento para esta Comissão.

Dito isso, Sr. Presidente... Sr^s e Srs. Parlamentares... Pensei que estivesse na Câmara. Estava citando o Sr. Presidente, mas o Presidente sou eu. Não é o Presidente da Câmara.

Bem, dito isso, concedo a palavra ao eminente Senador Eduardo Braga para suas considerações e apresentação do plano de trabalho.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sr^s Senadoras, Srs. Deputados e Sr^s Deputadas, senhoras e senhores aqui presentes, de acordo com o compromisso assumido quando da instalação de nossa Comissão, bem como da eleição do Presidente, do Vice-Presidente, do Relator e do Relator revisor – e convidaria o Relator revisor para ter assento aqui ao meu lado à Mesa, o nosso Deputado Manoel Junior –, ficou estabelecido que apresentaríamos no dia de hoje o calendário de audiências públicas e o cronograma de trabalho para deliberação dos Srs. Parlamentares. De acordo com o comprometido, estamos trazendo o plano de trabalho em que estabelecemos um calendário de audiências públicas, a começar pelo dia 6 de março, com representantes dos trabalhadores portuários.

Ao mesmo tempo, ainda há pouco, a Secretaria da Comissão encaminhou ao Relator vários requerimentos já apresentados por Srs. Deputados e Sr^s Deputadas, Srs. Senadores e Sr^s Senadoras também indicando entidades e personalidades para audiências públicas.

Gostaria de propor ao Sr. Presidente que eu fizesse a leitura do encaminhamento do plano de trabalho e, a seguir, já apresentasse o parecer sobre os requerimentos para que pudéssemos levar a votos, portanto, o plano de trabalho e os requerimentos.

Faria apenas uma ressalva. Adiantando o meu parecer sobre os requerimentos, o meu parecer será obviamente favorável. Apenas para citar aqui como exemplo, o eminente Deputado Arnaldo Jardim apresentou um requerimento sugerindo a convocação do Dr. Mauro Salgado, que já está previsto no nosso plano de trabalho, bem como do Prof. Paulo Fernando Fleury, Prof. Antônio Delfim Netto e Dr. Sérgio Aquino. Seria aprovado o requerimento, mas gostaria de poder, junto com o Deputado, primeiro saber da agenda dos senhores aqui indicados por V. Ex^a, porque nem sempre a agenda deles coincidirá...

Acaba de chegar mais um requerimento do Deputado Paulinho.

Então, a minha propositura é que façamos um parecer favorável a todos os requerimentos que indicam entidades, autoridades e personalidades para compor as audiências públicas, mas faria uma ressalva: tanto quanto possível. Porque, apenas para dar um exemplo, alguém indicado pode ter uma agenda no exterior e não ter como compatibilizar e, no nosso plano de trabalho, estamos reservando três semanas para audiências públicas, Sr. Presidente. Creio que três semanas é tempo suficiente para adequar as agendas da Comissão à agenda dos convidados.

Mas a ideia é que nós tenhamos, na primeira semana, os representantes dos trabalhadores, a

partir do dia 6 de março. Nós estamos indicando a Federação Nacional dos Estivadores; a Federação Nacional dos Portuários; a FENCCOVIB – Federação Nacional dos Conferentes e Consertadores de Carga e Descarga, Vigias Portuários, Trabalhadores de Bloco, Arrumadores e Armadores de Navios, nas Atividades Portuárias; a Fetaport – Federação Interestadual dos Trabalhadores em Agenciamento Marítimo, Aquaviário e Operadores Portuários; e o Sindicato dos Portuários do Rio de Janeiro. Aqui, entre os requerimentos, há outras entidades e outras personalidades indicadas. Nós poderíamos fazer no dia 6, numa audiência pública, e, no dia 7, faríamos outra audiência pública. Ou poderíamos fazer uma no dia 5 e outra no dia 6, de acordo com a deliberação do Plenário. Mas usaríamos esta semana, a semana do dia 5 e do dia 6, para ouvirmos os representantes dos trabalhadores.

Na semana do dia 13, nós ouviríamos representantes da iniciativa privada, ou seja, da classe empresarial. E estou aqui relacionando: Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil; Confederação Nacional de Indústria e Comércio; Confederação Nacional do Transporte; Federação Nacional dos Operadores Portuários; Federação Nacional de Empresas de Navegação Marítima, Fluvial e Lacustre. E creio – e aqui faço verbalmente, Sr. Presidente – na indicação de uma sexta confederação, que seria a Confederação Nacional do Comércio, que deveria também constar aqui.

Na semana do dia 20, teríamos os representantes do Governo Federal. E aqui nós indicamos: Secretaria Especial de Portos, representada, obviamente, pelo seu Ministro; Ministério dos Transportes, representado, obviamente, pelo seu Ministro; Ministério do Trabalho e Emprego, representado também pelo seu Ministro; bem como a Antaq – Agência Nacional de Transportes Aquaviários.

Observação: o presente calendário foi elaborado compatibilizando-se, ainda, os seguintes prazos: dia 3 de abril é pretensão deste Relator apresentar o relatório à Comissão, para que, até o dia 10 de abril, nós tenhamos a manifestação desta Comissão pela aprovação do relatório.

Portanto, Sr. Presidente, com parecer favorável a todos os requerimentos apresentados a esta Comissão, com a ressalva de podermos compatibilizar com os autores dos requerimentos e com as personalidades e entidades indicadas que porventura já não tenham sido aquinhoadas no plano de trabalho, que nós possamos ajustar as datas, com o fim de cumprir este calendário na nossa Comissão.

Era esse o parecer e a propositura, Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO SANTIAGO (PSD – SP) – Presidente José Guimarães! Deputado Roberto Santiago.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Srs. Parlamentares, o Relator apresentou um plano de trabalho, calendário, bem como já o deferimento de todos os requerimentos apresentados a esta Comissão, inclusive o de hoje, que acaba de chegar, do Deputado Paulinho da Força; não é isso, Relator?

Em discussão. Vamos abrir o prazo de três minutos para que os Sr. Parlamentares que o desejarem...

O SR. ROBERTO SANTIAGO (PSD – SP) – Deputado Roberto Santiago se inscrevendo aqui.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Eu vou inscrevê-lo.

Concederemos três minutos para cada Parlamentar que deseje se inscrever.

Eu vou solicitar a ajuda do nosso Vice-Presidente, o Senador Pimentel, para inscrever Roberto Santiago, Paulinho da Força, Arnaldo Jardim e o Braga.

Inscreveram-se Roberto Santiago; Paulinho da Força; Arnaldo Jardim; Glauber, Rio de Janeiro; e Geraldo Simões.

Para o bom andamento dos trabalhos desta Comissão, algum outro Parlamentar deseja fazer uso da palavra sobre o plano de trabalho e o calendário do nobre Relator? Se não, nós vamos encerrar as inscrições com os inscritos, e depois deliberamos; o.k.?

Estão encerradas as inscrições.

Senadora Ana Rita...

Deputado Roberto Santiago.

V. Exª tem o prazo de três minutos.

O SR. ROBERTO SANTIAGO (PSD – SP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, eu tenho só uma preocupação, Relator, na apresentação do seu cronograma. Eu acho que nós poderíamos misturar um pouco as coisas. Quando V. Exª propõe ouvir exclusivamente trabalhadores, depois exclusivamente empresários, depois exclusivamente o Governo, seria interessante misturar, porque se perde muita coisa do debate. Quando há contrapontos importantes a serem discutidos, esses contrapontos têm que ser colocados frente a frente. Não é proposta de acareação, mas é proposta de poder apurar, ter a melhor

informação quando os interessados estão fazendo o debate. Muita coisa se perde, você acaba colocando no papel e rascunhando para a semana seguinte. Então, eu acho que o importante seria ter essa possibilidade de fazer para poder clarear os Parlamentares que são envolvidos.

O nosso cotidiano aqui V. Ex^a conhece, é um cotidiano pesado. Nós estamos nesta Comissão aqui, daqui a pouco estamos em outra, correndo por aí, e muita coisa se perde. Se você tem um debate, um embate, é altamente positivo no sentido da construção de uma proposta que vai caminhar para construir o País. Aqui não é nenhuma proposta de fazer esse ajuntamento para ter qualquer tipo de embate, de combate entre as pessoas, mas é no sentido de mais bem clarear os debates.

Essa é a minha propositura a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – A minha sugestão ao Relator é que falem todos e depois V. Ex^a fala.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – É, eu acho que seria melhor todos se manifestarem.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Perfeito.

Deputado Paulinho.

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT – SP) – Depois, queria saber se há alguma oportunidade de a gente falar um pouco sobre a medida provisória. Mas, neste momento, eu queria apenas acrescentar a presença do Ministério Público do Trabalho, que não foi convidado. Eu tenho até o nome do coordenador do Grupo Móvel de Fiscalização do Ministério Público do Trabalho, que é o Dr. Maurício Coentro Neto.

Então, eu queria apenas sugerir neste momento. Depois, gostaria de ter oportunidade de falar um pouco sobre a medida provisória.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Sr. Presidente, só para dizer que, na reunião da semana passada, eu havia já manifestado a importância de trazer o Ministério Público do Trabalho. Agradeço ao Deputado Paulinho pela lembrança, porque é absolutamente pertinente a inclusão do MPT nas audiências públicas.

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT – SP) – Só uma pergunta, Presidente. Essa audiência seria às 14h?

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Às 14h30.

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT – SP) – É porque, na semana que vem, exatamente no dia 6, haverá a marcha das centrais sindicais para Brasília. Estamos aguardando pelo menos umas 40 mil pessoas. Mas eu acho que até as 14h os companheiros estarão liberados.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Deputado Arnaldo.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS – SP) – Sr. Presidente, quero agradecer ao Relator por ter deferido, incorporado algumas sugestões do nosso requerimento. Quero já dizer que não me anima nenhuma atitude de postergação. Então, o que eu vou sugerir aqui não visa dilatar prazos. Visa, sim, a que nós possamos intensificar o trabalho, respeitado o prazo que foi sugerido pelo Relator.

Nesse sentido, eu acho, caro Senador Eduardo Braga, prezado amigo, que faltou uma questão aqui nesse arranjo. Primeiro, V. Ex^a propõe um bloco da representação dos trabalhadores. Depois, um bloco da representação das empresas e, finalmente, ouvirmos o Governo.

O que acho que faltou, embora os Senadores e Deputados sejam porta-vozes dessa preocupação geral nacional? Falta um bloco em que nós possamos ouvir a sociedade, entendida como os estudiosos de pessoas que refletem sobre as consequências de uma questão como essa, do ponto de vista da estrutura produtiva do País, do ponto de vista logístico.

Quero me referir ao seguinte: no meu requerimento, aceito por V. Ex^a, eu sugiro, por exemplo, o Dr. Paulo Fleury. Quem é o Dr. Paulo Fleury? O Dr. Paulo Fleury é um professor da UFRJ, conhecido no segmento pelas publicações e formulação que tem sobre isso.

A segunda pessoa que eu sugiro é o Prof. Antônio Delfim Netto. Fiz isso muito sintonizado com a preocupação da Senadora Ana Amélia, inclusive por conta de artigos por ele publicados, de uma pessoa que consegue pensar também essa questão de uma forma estrutural do País. E já há um pré-contato com ele, que tem uma agenda que não é muito simples e que não tem muita aptidão para a vida em Brasília – já é um fato até conhecido por aí –, nós teríamos condições de realmente trazê-lo, para que ele viesse.

E o Dr. Sérgio Aquino. Quem é o Dr. Sérgio Aquino? Aí cada um traz a sua experiência. O Dr. Sérgio Aquino dirigiu o CAP de Santos, o principal porto do País, e nós achamos que essa experiência do CAP, vivenciada por ele, que não é nem de empresa, seria importante. Então, quero propor a V. Ex^a que considerasse abrir um quarto segmento ao lado das empresas dos trabalhadores e do Governo, que pudesse ser

exatamente um conjunto de estudiosos, de pessoas que pudessem, num momento adequado... Não estou propondo que, com isso, se dilate o prazo, mas acho que seria oportuno, enriquece o nosso trabalho e dá substância.

Mais uma consideração e termino, Sr. Presidente.

Aqui estamos falando do Governo e V. Ex^a propôs a Secretaria Especial dos Portos – fala por si; Ministério dos Transportes; Ministério do Trabalho e Emprego e a Antaq. Queria sugerir a Casa Civil. Os jornais são useiros e vezeiros. Hoje, por exemplo, os jornais noticiam que V. Ex^a, inclusive, teve, com membros do PMDB, um diálogo na Casa Civil sobre o tema. Os outros órgãos são setoriais, e a Casa Civil está fazendo uma coordenação do ponto de vista do Governo. Então, acho que seria oportuno que a Casa Civil aqui viesse também e poderia, afora portos, transportes, Ministério do Trabalho, que terão um foco mais setorial, apresentar uma visão do Governo para nós.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Próximo, Deputado Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Presidente, Relator, Deputados, é uma rápida observação e sugestão. Aqui, na representação do Governo Federal, Relator, temos a indicação da Secretaria dos Portos, do Ministro Leônidas...

Vou aguardar um pouquinho, Presidente, porque é uma sugestão ao Relator.

(Soa a campainha.)

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Na representação do Governo, há aqui uma indicação do Ministro Leônidas, da Secretaria dos Portos; do Ministério dos Transportes; do Ministério do Trabalho e Emprego, com o Ministro Brizola, e da Antaq. Já houve a sugestão de se incluir a Casa Civil, partindo-se do pressuposto de que essa discussão agora vai ser feita no âmbito desta Comissão. E aí quero, além dessa sugestão, trazer também a possibilidade de que esteja presente o Ministério do Desenvolvimento, como o próprio Ministro Pimentel, porque o tema tem uma relação direta com a ação daquele Ministério. Acho que é importante a presença a partir do momento em que esse tema vai se dar prioritariamente no âmbito da discussão do Parlamento.

Essa é a minha sugestão, sem desmerecer e intensificando a sugestão da representação também da Casa Civil para essa discussão.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Geraldo Simões.

O SR. GERALDO SIMÕES (PT – BA) – Sr. Presidente, quero dizer ao Relator que considero positiva essa forma – aliás, o Relator falou isso na reunião de instalação – de abrir esse limite para os diversos setores, de pronto atender todos os requerimentos.

Quero parabenizá-lo por isso e reforçar que é importante isso que o Deputado Arnaldo comenta. Tem autoridade no assunto no Brasil, é muito respeitado no meio, fala com conhecimento. Então, é importante, sem protelar, como ele disse, sem postergar, como ele disse, que se tenha um dia para ouvirmos essas personalidades.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Senador Pimentel.

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT – SP) – Para uma questão de ordem. Combinei com um pessoal que está lá na portaria, esperando para entrar e até agora não entraram. Estão barrados...

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Nós acertamos aqui com a Segurança que seria colocado... Há uma quantidade de pessoas além do limite comportável aqui nesta sala, e nós acertamos que seria colocado em outro espaço um telão, para ver se o pessoal... No plenário nº 6.

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT – SP) – Estamos de acordo, só que eles estão do lado de fora. Então, eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Já estão sendo tomadas providências.

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT – SP) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Sem estresse.

Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Eu quero saudar e parabenizar o nosso Relator, Senador Eduardo Braga, pela apresentação do plano de trabalho e a sua forma de acolher todos os requerimentos aqui apresentados e, em seguida, fazer o ordenamento a fim de ouvir todos aqueles aqui apresentados.

Quero registrar que a experiência aqui nas comissões mistas das medidas provisórias tem sido no sentido de que, quando nós fazemos as audiências públicas com blocos afins, o aproveitamento é muito maior, porque permite àquele conjunto de trabalhadores aprofundar a sua exposição, aprofundar a apresentação das suas fundamentações, e, no bloco seguinte, nós trazemos aqueles que têm uma mesma

afinidade, como forma de permitir que cada segmento desses – no caso dos operadores, os órgãos de governo – possa efetivamente aprofundar mais. E nós fazemos uma avaliação crítica, a partir do nosso mundo de informação, de que cada Parlamentar é possuidor, e construímos os nossos consensos, os nossos entendimentos.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Portanto, eu acredito que esse ordenamento feito pelo nosso nobre Relator de priorizar primeiro os trabalhadores que precisam aprofundar cada vez mais esse debate, esclarecer quais são os pontos, divergências, aquilo que precisamos melhorar para atender as suas reivindicações.

Em seguida, vem o bloco dos operadores do porto e dos usuários. Nesse item, Sr. Relator, a Confederação Nacional do Comércio tem dito que prefere deixar para um segundo momento. Eles nos procuraram hoje, dizendo que se nós pudéssemos deixá-los apenas como acompanhantes, eles se sentiriam confortáveis.

Como o requerimento é da minha autoria, eu pediria a V. Ex^a que o retirasse, no que diz respeito à Confederação Nacional do Comércio.

E no item sobre o Governo, nós temos um conjunto de ministros sendo propostos. Em seguida, vamos fazer uma leitura, porque o Governo tem uma posição clara sobre isso, não há divergência na área do Governo. Poderíamos ter um número razoável de ministros, que não fosse repetitivo, de forma que nós pudéssemos abrir um espaço maior para os nossos pares, Deputados e Senadores, questioná-los. Eu sei que se nós fossemos listar aqui, há uma série de ministérios que têm relação direta com a questão dos portos, mas no Governo há uma centralidade sobre essa matéria, não há divergência. Se houvesse alguma posição diferenciada, aí sim, nós poderíamos trazer mais ministros, no sentido de externar as suas diferenças. Mas aqui não, a posição do Governo é uniforme no que diz respeito à necessidade de melhorar os portos brasileiros.

Portanto, Sr. Relator, eu quero deixar como sugestão a manutenção dos blocos, conforme proposto por V. Ex^a, para maior produtividade desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Sr. Presidente, primeiro, também quero parabenizar o Senador Eduardo Braga por já ter apresentado um calendário de audiências públicas que contempla trabalhadores, empresários, o Governo, de forma bastante democrática, para discutir um tema tão importante como este da questão dos portos.

Eu gostaria de sugerir aqui, como representante dos trabalhadores, considerando a experiência que existe no Estado do Espírito Santo, porque ela se diferencia muito do restante do País, e portanto eu acho que vale a pena ouvir os trabalhadores do Estado do Espírito Santo, porque eles acumularam, ao longo dos anos, uma forma de gestão do trabalho, da inserção dos trabalhadores portuários nesse processo, que serve de estímulo para que outros Estados adotem um modelo semelhante, então, eu gostaria de sugerir, além do Sindicato Portuário do Estado do Espírito Santo, a Intersindical, porque a Intersindical congrega várias outras categorias, vários outros sindicatos...

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Não, eu não fiz requerimento ainda. Se houver concordância, eu vou apresentar o requerimento.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT – SP) – Sr. Presidente, se não houver ninguém...

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Não, tem vários inscritos

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT – SP) – Tem vários inscritos... É que...

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Estão inscritos o Deputado Márcio França, Deputado Manoel Junior, Deputado Edinho Bez e Milton Monti. Vamos ouvi-los e depois a gente retoma, o.k?

Márcio França.

O SR. MÁRCIO FRANÇA (PSB – SP) – Sr. Presidente, não estive na origem da conversa. Estou vendo aqui um texto que me passaram, que todos os requerimentos com sugestões para palestrantes serão aprovados. É isso? Serão automaticamente aprovados todos?

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Demos parecer favorável aos requerimentos que foram apresentados.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – E, ao final, nós vamos submeter ao

Pleno da Comissão.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Ao Plenário. Há um parecer. E, depois, o Plenário delibera.

O SR. MÁRCIO FRANÇA (PSB – SP) – Não, digo: todos os que forem ou todos os que foram?

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Todos os que forem. Eu não posso aprovar aqueles que eu não conheço, o futuro.

O SR. MÁRCIO FRANÇA (PSB – SP) – Sim. Os novos que surgirão. Não é isso?

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Os novos serão avaliados quando forem apresentados. Agora, os que foram apresentados e que já foram lidos aqui...

O SR. MÁRCIO FRANÇA (PSB – SP) – Na representação da iniciativa privada V. Ex^a colocou quem? É essa a minha dúvida. Tem aí?

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Desculpe-me. Eu não entendi.

O SR. MÁRCIO FRANÇA (PSB – SP) – Da iniciativa privada. Porque aqui tem: Confederação Nacional de Agricultura, Transporte e Comércio... Onde estão as pessoas que lidam com o porto, operadores, etc.? Estão na sua relação?

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Aqui, nobre Senador, nós apresentamos a Confederação Nacional, a CNI, a Fenop, que é Federação Nacional dos Operadores Portuários. Não é? Pelo que tenho conhecimento, essa é a federação que representa o conjunto da iniciativa privada que opera portos. Portanto, eles estão aquinhoados. A Federação Nacional de Empresas de Navegação Marítima, Fluvial, Lacustre e de Tráfego Portuário.

Entre todos os requerimentos, já que V. Ex^a não estava aqui, o do Deputado Arnaldo Jardim sugere a Fenop, que já está no plano de trabalho; adiciona o Prof. Paulo Fernando Fleury, o Prof. Antônio Delfim Netto e o Dr. Sérgio Aquino, cada um pela suas pertinências e competências.

Já o Senador Pimentel apresenta Dr. Jorge Gerdau Johannpeter, Coordenador de Ação Empresarial; o Sr. Robson Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria, que já está aquinhoadado no texto; o Sr. Roberto Nogueira, Presidente da Confederação Nacional do Comércio, que já foi retirado, a pedido do próprio Sr. Roberto Nogueira ao autor da matéria.

O Senador Pimentel também apresentou a inclusão do Ministro José Leônidas de Menezes Cristino, que já está aquinhoadado, e o Dr. Bernardo Figueiredo, Presidente da Empresa de Planejamento e Logística (EPL).

O Senador José Pimentel também apresentou para a Comissão o nome do Sr. Mário Salgado, da Fenop, que já está aquinhoadado; o Dr. Richard Klein, da Abratec – Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres de Uso Público; o Sr. Wilen Manteli, da AABTP – Associação Brasileira dos Terminais Portuários; o Sr. Paulo Godoi, da ABDIB – Associação Brasileira da Indústria de Base e Infraestrutura.

O Senador Pimentel também apresentou o Dr. Mário Teixeira, Federação Nacional dos Conferentes, que já está aquinhoadado; o Sr. Eduardo Guterra, que também já está aquinhoadado; e o Sr. Wilton Barreto, que também já está aquinhoadado.

E, por fim, o Deputado Paulo Pereira apresentou um requerimento indicando o Ministro da Secretaria dos Portos, o Ministro Leônidas, que já está aquinhoadado; o Dr. Eduardo Guterra, Presidente da Federação Nacional dos Portuários, que também já está; e Wilton Ferreira Batista, da Federação Nacional dos Estivadores, que também já está.

Auditou o Ministério Público do Trabalho, por meio do seu Coordenador do Grupo Móvel de Fiscalização do Ministério Público, Dr. Maurício Coentro Melo, que foi acatado também.

E a Senadora Ana Rita indicou o Sindicato e a Federação...

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – É uma intersindical do Estado do Espírito Santo e o Sindicato dos Portuários.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Portanto, foram esses que nós recebemos e acatamos e acolhemos por entendermos serem todos pertinentes, que fazem uma cobertura absolutamente abrangente.

A única questão que eu gostaria de ponderar aos Srs. Deputados e Deputadas e Senadores e Senadoras é que, pela experiência que nós temos de outras comissões, colocar em audiência pública segmentos diferentes, em vez de contribuir, acaba estabelecendo um debate. Esse debate vira, via de regra, debates paralelos. E os Parlamentares, que, via de regra, precisam tirar as suas dúvidas e fazer seus questionamentos, acabam tendo esvaziada a audiência pública. Portanto, se os senhores e as senhoras assim

concordarem, nós gostaríamos de manter, nem que fizéssemos dois dias para ouvir todos os segmentos dos trabalhadores – faríamos dois dias, mas ouviríamos os trabalhadores. Na outra semana, se fizéssemos dois dias, nós ouviríamos a classe empresarial e a classe empresarial; e, na outra semana, ouviríamos as autoridades.

Quero também fazer uma última consideração. Com relação à indicação do Ministro do Desenvolvimento, acho absolutamente pertinente.

Com relação à Ministra-Chefe ou à Casa Civil estar aqui presente, vejam: a Casa Civil funciona durante a edição da MP. O que houve de reunião ontem, hoje e ainda haverá com a Casa Civil é em função de explicação de como foi editada a MP. A Casa Civil não está mais negociando nada, e nem tem como, porque, a partir do momento que a MP é editada e que é instalada a comissão de Senadores, é aqui que tem ser feito o debate, é aqui que tem que ser feita a negociação. Portanto, olhando por esse prisma, acho que a Casa Civil ser convidada para a audiência pública é trazer para a audiência pública o conteúdo como está da MP. Ela não terá condições aqui de debater outros temas a não ser aquilo que está colocado na MP.

Portanto, em que pese todo o carinho e todo o respeito que tenho à propositura do Deputado Arnaldo Jardim, eu sugeriria que trouxéssemos o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, que tem tudo a ver, obviamente, com a logística no País, trouxéssemos o Ministério dos Transportes, trouxéssemos a Seap, a EPL, porque a logística está toda praticamente sendo coordenada pela EPL, e trouxéssemos também a Agência Nacional de Transportes Aquaviários, que tem, portanto, pertinência com relação ao tema desta MP nº 595.

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT – SP) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Questão de ordem.

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT – SP) – Na questão dos trabalhadores, foi incluída para ser ouvida uma federação...

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Paulinho, Paulinho, permita-me, para não sermos injustos com os que estão inscritos.

O Relator apresentou uma opinião geral, o plano de trabalho, convidados e calendários, sugestões que foram feitas no plenário. Vamos ouvir aqui os que estão inscritos para não...

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT – SP) – Mas era só para esclarecer esse negócio aqui.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Pois não.

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT – SP) – É que tem uma federação que não tem registro sindical, está impugnada na justiça, inclusive, e está aqui para ser ouvida. Os presidentes das federações estão pedindo para que ela seja retirada, que é a Fetaport. Essa federação não existe e não representa trabalhador nenhum.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Eu recebi essa federação e, pelo critério que nós estamos adotando, veja: o ex-Ministro Delfim Netto é alguém que tem opinião sobre a economia brasileira, sobre a logística no País, mas ele não representa nenhuma entidade pública. Ele representa o seu conhecimento de uma operação da economia brasileira.

Assim como nós não estamos restringindo a participação de nenhum outro segmento nas nossas audiências públicas, o Relator entendeu que não seria justo restringir a opinião de trabalhadores que me procuraram e que solicitaram a oportunidade de poder apresentar o seu ponto de vista com relação à matéria.

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT – SP) – É diferente, Senador. Senador...

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Agora, essa é uma opinião do Relator. O Relator apenas propõe à Comissão. Se a Comissão achar que não deve ouvi-los, é uma decisão superior da Comissão. Mas entendo que seria democrático...

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Claro.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – ... assim como estamos abrindo para ouvir representantes e não representantes, no setor autônomo, no setor empresarial, entre os economistas, inclusive estamos aceitando aqui trazer o ex-Presidente do CAP do Porto de Santos, que não representa...

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT – SP) – Claro.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Portanto, dizer que vamos usar um peso para ouvir determinadas pessoas indicadas por esta Comissão e vamos usar outro peso para ouvir a classe trabalhadora, pareceu-me restritivo.

Portanto, meu compromisso era estabelecer de forma ampla.

O SR. MÁRCIO FRANÇA (PSB – SP) – Só para contraditar o Relator. Só para contraditar o Relator.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Srs. Parlamentares, por favor, não vamos conceder debate sobre esse tema agora. Vamos ouvir os quatro inscritos e, em seguida, chamaremos o feito à ordem e deliberaremos sobre isso.

Com a palavra o...

Deputado Márcio França, V. Ex^a terminou?

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT – SP) – Presidente! Presidente, mas...

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Deputado Paulinho...

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT – SP) – Mas o relatório fez uma defesa. É preciso ouvir a contradição.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Não. Deputado Paulinho, houve uma indagação de V. Ex^a...

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT – SP) – São coisas diferentes.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Na hora V. Ex^a vai falar. Na hora nós vamos definir os convidados e a gente delibera sobre isso, o.k.?

Há um destaque sobre isso. No final a gente delibera.

Deputado Márcio França, terminou a colocação?

O SR. MÁRCIO FRANÇA (PSB – SP) – Só para concluir, então, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Para concluir.

O SR. MÁRCIO FRANÇA (PSB – SP) – Com relação à federação, Sr. Senador Relator, na verdade, o senhor usou a expressão correta. A presença do ex-Ministro Delfim Netto, a presença do ex-Presidente Sérgio Aquino não permitem que se dê a essa presença o nome de uma entidade que não existe. A pessoa física dele pode estar presente. Quanto à pessoa física, é só substituir o nome da federação pela pessoa física de quem vai vir. É isso.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Deputado Manoel Junior.

O SR. MANOEL JUNIOR (PMDB – PB) – Sr. Presidente, eu quero cumprimentar todos e todas, o Relator, o Vice-Presidente e dizer da minha alegria de poder estar contribuindo com essa Comissão e com a aprovação dessa medida provisória.

Nós estamos tentando – tanto o Relator revisor, quanto, principalmente, o Relator dessa Comissão – fazer o trabalho de auscultar todos os segmentos; aqueles que têm me procurado isoladamente. Agora mesmo eu e o Relator Eduardo Braga já estivemos em duas reuniões – no Palácio, com a Bancada do PMDB; em seguida, na Confederação Nacional da Agricultura.

E essa postura do Relator é extremamente feliz em abrir, realmente, democratizar, não restringir. Na verdade, Sr. Relator, eu quero apenas subscrever e dizer que, a exemplo do que o senhor já disse – que irá fazer o relatório com muitas mãos –, as nossas estarão para ajudá-lo. Quero dizer que estou aberto, mais uma vez, a qualquer entidade que possa nos procurar, ou isoladamente, ou conjuntamente com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Muito bem.

Deputado Edinho Bez.

O SR. EDINHO BEZ (PMDB – SC) – Sr. Presidente, nosso Relator, companheiros José Pimentel, Manoel Junior, quero dizer que nosso trabalho aqui não será uma tarefa fácil. Engana-se... E discordo do meu amigo José Pimentel quando disse que é unanimidade no Governo. Não é não. Esse assunto é complexo e o interesse do País tem de prevalecer acima de tudo. Eu espero que tome esse rumo aí.

Na própria elaboração da medida provisória, não foram levadas em consideração algumas sugestões dadas anteriormente. Mas a minha pergunta aqui... Não é hora de nós estarmos falando isso, e, sim, planejarmos a estratégia do nosso trabalho.

Primeira pergunta: qual o prazo que nós teremos para apresentar sugestões para as audiências públicas?

(Soa a campainha.)

O SR. EDINHO BEZ (PMDB – SC) – Segundo... E não darei algumas sugestões agora aqui, apenas o critério. Repito: qual o prazo que nós, membros da Comissão, teremos para apresentar convidados para participar da audiência pública? É a próxima reunião? Acho que sim, portanto. Porque, senão, nós vamos emendando. E quando teremos o início das audiências públicas?

E sugiro que os membros da nossa Comissão que entenderem – e aqui são pessoas responsáveis e com mandatos – e sugerirem a indicação de determinada Liderança, ou mesmo pessoa física,

mas que tenham condições de colaborar com essa Comissão... A audiência pública não é decisão. É para ouvir. Então, não vamos castrar o direito de nenhuma sugestão aqui. A questão, por exemplo, do nosso economista Delfim Netto: ele foi colega nosso aqui um tempo; temos grandes e bons relacionamentos com ele. E trazer e convidar as pessoas.

Então, essa é apenas a minha participação hoje. E vou repetir: qual é o prazo que nós teremos para indicar convidado para participar das audiências públicas? E quando terão início as audiências públicas?

E, no mais, cumprimento a Mesa, e estaremos juntos aí. Seremos colaboradores e parceiros para que possamos apresentar o melhor possível.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Obrigado, Deputado Edinho.

Milton Monti é o último. Após, nós vamos deliberar os respectivos destaques, como esse que o Deputado Paulinho da Força colocou.

O SR. MILTON MONTI (PR – SP) – Caro Presidente, Deputado José Guimarães; caro Relator, Senador Eduardo Braga; Pimentel, nosso Vice-Presidente; nosso Relator revisor, Manoel; colegas Senadores e Senadoras, eu quero cumprimentar, inicialmente, o Relator pelo início dos trabalhos, como ficou inclusive combinado, naquela nossa reunião anterior, na disposição, que, sabia, não seria diferente, de ouvir as pessoas, de ouvir os segmentos e fazer um debate amplo e democrático, nesta Comissão, num assunto tão importante, tão significativo para o País e para o futuro do País.

Eu só queria fazer aqui uma observação, caro Relator. A proposta de V. Ex^a fala dos representantes dos trabalhadores e, depois, das empresas portuárias e do Governo. No entanto, nós temos um grupo que está misturado, na minha opinião. As empresas portuárias estão aqui junto com os usuários dos portos brasileiros, porque, veja: uma coisa é você ser o operador portuário; outra é você representar a indústria que precisa transportar a carga nesse terminal portuário; outra coisa é o trabalhador; e a outra, ainda, é o Governo.

Na verdade, o que nós estamos discutindo aqui, em linhas gerais, é a situação dos trabalhadores, que deve ser preservada, os direitos dos trabalhadores, a participação do Ogmo, especialmente nas cargas de terceiros, mesmo que sejam de terminais privados. Enfim, é preciso avançar nessa discussão.

Nós estamos falando aqui dos operadores portuários, que estão hoje instalados, que fazem o seu trabalho, já passaram por um processo de privatização, porque eu vejo às vezes a imprensa falar de porto público. Na verdade, a área é pública, porque os bens continuarão sendo do Governo, mas eles são operados já, desde a Lei nº 8.630, pela iniciativa privada. Portanto, são portos privados que estão funcionando.

O trabalhador, que quer ter o seu direito; os operadores, que precisam ser remunerados pelos investimentos que fizeram e para a operação do próprio negócio; aí, os usuários, que eu classifico aqui como a Confederação da Agricultura, a da Indústria, que querem transportar as suas cargas num preço mais barato; e o Governo, que pretende fazer com que o nosso País tenha os investimentos necessários, que o País possa deslançar, que tenhamos o PIB crescendo e, ao mesmo tempo, que possamos...

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – V. Ex^a...

O SR. MILTON MONTI (PR – SP) – Só para terminar, Relator. E, ao mesmo tempo, que possamos diminuir o custo Brasil. Então, eu acho que nós temos aqui a distinção de quatro agentes importantes nessa questão, na minha opinião.

Então, eu faço essa observação a V. Ex^a, para que nós possamos dividir essas coisas, porque acredito que, se colocarmos os operadores portuários junto com o pessoal da indústria e do comércio, haverá, de certa forma, um conflito de interesses, e eu vejo, na minha visão, quatro segmentos distintos, que devem ser ouvidos aqui por esta Comissão.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Se V. Ex^a me permite um aparte.

O SR. MILTON MONTI (PR – SP) – Claro, Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Apenas para concordar com a sugestão de V. Ex^a. Acho que ambos são da iniciativa privada, mas com interesses distintos. Portanto, um deve ser num dia e o outro deve ser num outro. Mas vamos manter a mesma semana, para que nós não tenhamos a dilação do prazo para a apresentação do relatório, sob pena de nós chegarmos a um prazo na Comissão que não dê tempo para a Câmara dos Deputados debater a matéria no plenário da Câmara dos Deputados, e muito menos o Senado, para debater no plenário do Senado.

Portanto, concordando com V. Ex^a, dividir. Se fizermos numa terça-feira, e na outra quarta-feira, ou na mesma semana, na quarta-feira, faremos o outro grupo. Mas V. Ex^a tem razão quando diz que, em que pese serem representantes da classe empresarial, eles têm objetivo e foco diferentes e, portanto, deveriam estar divididos em dois dias distintos no debate.

O SR. MILTON MONTI (PR – SP) – Muito bem. Para concluir, então, eu quero agradecer a atenção de V. Ex^a e dizer que estamos aqui para colaborar. Temos todos o objetivo de fazer com que o País possa ter os investimentos necessários. Temos que destravar o que for preciso destravar, fazer os acordos para que o País possa crescer, os trabalhadores possam ter os seus direitos garantidos e a gente cumpra o objetivo da nossa Presidenta Dilma, que é ver o País se desenvolver cada vez mais.

Obrigado, Relator.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Encerrada a discussão, pela ordem dos inscritos, e existindo quórum regimental para deliberação, na Câmara e no Senado, nós vamos deliberar. E deliberar nos seguintes termos: o nobre Relator apresentou uma proposta global de convidados de audiências públicas e de prazos; as adaptações dos dias da semana, a Direção da Comissão trabalha isso com o Relator, dentro do que o Deputado Milton Monti colocou, para não gerar nenhum problema, “é dia tal”... Nós vamos adaptar.

Qual é o sentido da proposta que foi apresentada? É dialogar amplamente, com todas as partes, com todos os setores: Governo, operadores, investidores, sobretudo no Congresso.

Segundo, alguns requerimentos – como o do Senador Pimentel, o do Deputado Paulinho e o de outros – já estão contemplados. Aqueles requerimentos, quando nós votarmos, que já estiverem contemplados na lista elencada pelo nobre Relator ficam, evidentemente, prejudicados. Está bom? Com a retirada, evidentemente, do requerimento do Senador Pimentel.

Então, há duas questões pendentes, e eu faria um apelo, e vou me dirigir aqui ao Deputado Paulinho: nesse esforço que estamos fazendo, com o grau de entendimento que estamos tendo aqui do conteúdo do processo que vamos construir, para a gente, esse destaque da federação, da Fetaport, você retirar, para... Com esse sentimento de ouvir todo mundo, não cabe a esta Comissão polemizar se esse sindicato é mais ou menos representativo, como bem disse o nobre Relator, e estou fazendo um apelo para que nós aprovemos este plano por unanimidade, com todos os convidados, inclusive com as sugestões do Deputado Arnaldo Jardim, com exceção da ponderação que o nobre Relator fez e que também o faço, que é a questão da Casa Civil. Até porque, ao final da reunião – eu já tinha conversado com o Deputado Paulinho, e vamos conversar com o nobre Relator, com a Mesa da Comissão –, a partir deste instante, a negociação, o diálogo é aqui. Se há um discurso de que precisamos fortalecer o Parlamento, temos que avocar do Palácio para cá. E vamos trazer os ministérios envolvidos para construir o debate amplo, democrático, plural aqui dentro desta Comissão.

Portanto, eu faço um apelo, Paulinho, para a gente retirar isso aí.

E, Arnaldo Jardim, deixe a Casa Civil de fora, porque nós vamos construindo. Evidentemente, se, lá na frente, precisar, podemos até discutir; mas eu acho que está de bom tom incluir o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e mais os convidados do Governo que o nobre Relator elencou.

Pela ordem, sobre esta questão que vamos votar, o Deputado Paulinho e o Deputado Arnaldo.

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT – SP) – Sr. Presidente, são coisas diferentes você convidar um especialista, uma pessoa que tenha opinião, como o Delfim Netto, e convidar uma federação que não existe, um fantasma.

As três federações que existem e que representam os trabalhadores dos portos são as três federações que vêm negociando e que estão aqui representadas. Essa outra federação é uma tentativa de uma federação que, se essa medida provisória funcionar do jeito que está, existiria a partir daí.

Então, vocês trazerem para cá hoje, no meio dos trabalhadores, alguém que vem aqui defender uma opinião que não representa os trabalhadores de hoje, para nós, é inaceitável. Vocês podem até trazer, mas a opinião das três federações que estão ali é de que, se vocês trouxerem essa federação, eles não virão para cá para falar e iniciarão aquele processo de greve que nós tínhamos combinado a partir do dia 15 só.

O SR. GERALDO SIMÕES (PT – BA) – Sr. Presidente! Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Geraldo Simões.

Aliás, sobre esta matéria, Arnaldo e Edinho. É sobre esta matéria?

O SR. GERALDO SIMÕES (PT – BA) – É sobre outro assunto.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Então, vamos resolver esta questão.

Vamos fazer o seguinte: eu quero submeter a voto o conjunto da obra, do plano de trabalho. Com esses dois destaques.

O SR. BETO MANSUR (PP – SP) – Sr. Presidente, posso fazer uma ponderação?

O SR. EDINHO BEZ (PMDB – SC) – Eu fiz uma pergunta e não quero sair daqui com dúvida...

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Só um minutinho. Deputado Edinho.

O SR. EDINHO BEZ (PMDB – SC) – Não sei se está definido ou não, se vamos acordar... Qual o prazo que nós teremos para apresentar propostas para trazer convidados?

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – O prazo é hoje. Nós estamos fazendo um calendário com início, meio e fim.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Regimentalmente, é hoje, quando da aprovação do plano de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Beto Mansur.

O SR. BETO MANSUR (PP – SP) – Presidente, só para fazer uma ponderação com o Relator com relação a essa questão que foi levantada pelo Deputado Paulinho da Força.

Eu tenho uma opinião com relação a essa questão do convite. Eu acho que nós devemos, sim, convidar pessoas que estejam ligadas à questão que envolve trabalhadores, usuários e empresários da área portuária, inclusive o Governo. Não vejo nenhum tipo de problema com relação a isso. Concordo que uma coisa é você fazer o convite para pessoa física, um ex-Ministro como Delfim Netto, ou o ex-Presidente do CAP, que está sendo convidado, porque a medida provisória extingue, na verdade, o CAP. Então, é pertinente que a gente o convide. Agora, não vamos, em minha opinião, entrar numa polêmica, não só porque estão sendo convidados eventuais representantes de trabalhadores. Ele poderia ser o representante do empresariado. Poderia ser um representante dos operadores portuários.

Peço a ponderação de Deputados e Senadores que estão presentes. Nós precisamos ter a representatividade aqui de quem hoje está constituído. Não importa que sejam trabalhadores, empresários ou operadores, senão nós vamos convidar alguém de uma federação que nem apresentou seu nome como pessoa física. Ele vem como uma pretensa pessoa jurídica que, teoricamente, não existe.

Então, eu tenho a opinião de que vamos ter pouco tempo para discutir essa questão que é extremamente pertinente para o desenvolvimento do Brasil. Nós precisamos ter aqui pessoas que estejam legitimamente representadas, não importa de onde venham.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, pelos Democratas, depois.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Geraldo Simões.

O SR. GERALDO SIMÕES (PT – BA) – Presidente, eu apelo aos membros da Comissão para a gente ir no espírito do Relator, que acatou todo mundo de A a Z. Eu teria divergência aqui e acolá, em determinado ponto, mas eu gostei do espírito do Relator. E o Presidente falou que é proibido proibir. Eu tenho relações com a turma dos trabalhadores. Já recebi as três federações. Aliás, a minha origem é na área...

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE. *Fazendo soar a campainha.*) – Srs. Parlamentares, há um orador na tribuna, por favor.

O SR. GERALDO SIMÕES (PT – BA) – Minha origem é na área sindical e estou abraçando reivindicações do mundo do trabalho para esta Comissão. Agora, não dá para vetar. Não é isso que estabelece uma federação, se ela é legítima ou não. Não há uma decisão aqui? Por que não ouvir? Qual o problema em ouvirmos? Não tem problema nenhum.

O SR. VITOR PAULO (PRB – RJ) – Deputado José Guimarães, pela ordem. Deputado Vitor Paulo.

O SR. GERALDO SIMÕES (PT – BA) – Então, eu pediria uma ponderação aos colegas para que fôssemos no espírito do Relator e do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Depois nós vamos deliberar. Vai falar o Deputado Onyx Lorenzoni e, em seguida, o Deputado, nosso amigo, Vitor Paulo. Deputado Onyx.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente e Relator, eu queria fazer uma ponderação. Hoje, pela manhã, fui procurado por um setor que, pela forma como está construída a medida provisória, é diretamente afetado e pode trazer transtornos sérios ao País, como vários outros, que, de uma forma ou de outra, serão atingidos pelas decisões que vamos construir aqui. Então, eu queria fazer uma ponderação na linha do Deputado Edinho Bez.

Nós temos e vamos ajustar esse calendário macro dos dias 6, 13 e 20 de março. Por que não, ou no dia 7, ou no 14, ou no dia 21, haver uma data de flexibilização, quando, no curso da análise do problema, vão surgir questões que serão relevantes, e talvez fosse importante trazer representantes de determinados segmentos para fazer a abordagem dessas questões?

Então, eu queria apenas propor que ficasse como data reserva o dia 7, ou o dia 14, ou o dia 21, porque no curso do trabalho, “bom, nós temos aqui três entidades, duas figuras importantes, que seria relevante que a Comissão ouvisse”, então, na quinta-feira, pela manhã, aqueles que estão disponíveis, ficam aqui, permanecem e tratam do assunto. Eu acho que seria algo de equilíbrio, de bom senso e que só ajudaria.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – O senhor me permite um aparte, então? Nada a opor à sugestão. Apenas acho que nós devemos limitar. Nós deveremos estabelecer um limite, sob pena de ficarmos aqui em audiências públicas, em audiências públicas, em audiências públicas, e não deliberaremos os fatos. Apenas para esclarecer, para não ficar parecendo que... Vejam, assim como eu atendi, não uma vez, mas por várias vezes, as federações aqui citadas já, a Federação Nacional dos Estivadores, a Federação Nacional dos Portuários, dos Conferentes etc., recebi no gabinete uma federação, que não sei se é cadastrada ou se não é cadastrada, mas que me apresentou um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete cartões de visitas de sindicatos filiados à federação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Vejam... Sim... Não compete a mim dizer que a Federação Interestadual de Trabalhadores em Agenciamento Marítimo, Aquaviário e Operadores Portuários não é legítima. Não compete a mim dizer...

(Tumulto no plenário.)

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Por favor, por favor. Olhem, eu tenho recebido os senhores para diversas audiências...

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE. *Fazendo soar a campainha.*) – Senhores...

Nobre Relator...

Os senhores convidados, sindicalistas, que estão aqui. Por gentileza, nós tivemos a maior boa vontade em acolhê-los. Portanto, vamos...

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT – SP) – É simples... Presidente, é simples resolver...

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Não, vamos... Só um minutinho, Deputado Paulinho.

Vamos ouvir o Relator, porque ele está com a palavra.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Apenas para concluir, Deputado Paulinho, apenas para concluir.

Da mesma boa-fé e da mesma boa vontade como recebi todos e não fiquei pedindo a nenhum dos que foram ao meu gabinete que apresentasse o comprovante ou atestado... Está certo? Por favor, companheiro...

(Tumulto no plenário.)

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Eu não vou mais me manifestar porque não vou ficar fazendo debate...

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT – SP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Paulinho...

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT – SP) – Pessoal, vamos aguardar um pouquinho...

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Deputado Paulinho, só um minuto. V. Ex^a, Paulinho, ajuda? V. Ex^a pediu para todo mundo entrar...

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT – SP) – Mas não entraram.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Estamos num clima bom, e há uma divergência aqui. Então, estamos tratando democraticamente. Não pode ninguém desta Comissão ser desrespeitado por quem quer que seja.

Então, apelo para que todos permaneçam democraticamente e educadamente aqui no plenário.

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT – SP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – O nobre Relator está com a palavra para responder uma questão que foi colocada. Depois, retomamos.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Apenas para concluir, ou seja, que a inclusão da sugestão da Fetaport foi em função de eu ter recebido um conjunto de representantes sobre a condição de serem representantes de um determinado segmento de trabalhadores portuários. Ouvi, como ouvi todos, e entendi que talvez fosse pertinente aos Srs. Deputados e às Sr^{as} Deputadas e aos Srs. Senadores e às

Sr^{as} Senadoras ouvir o depoimento deles. Ora, ouvir não faz mal. Sobre a mesma linha que o nobre Deputado levantou, que é o cerne do compromisso que assumi de abrir o debate sem restringir. Agora, se daí há alguma outra divergência, não quero dizer aqui que a inclusão da Fetaport aqui é para que eu a reconheça como representante legítima. Não! Mas é um segmento dos trabalhadores, que procurou o Relator e que o Relator achou ser pertinente trazer ao conhecimento dos Srs. Senadores e Sr^s Senadores, dos Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas.

Agora, se esta Comissão entender que eles não devem ser ouvidos, a Comissão é soberana. Eu apenas estou cumprindo o meu papel. Não posso dar um peso e uma medida a um grupo e outro peso e outra medida a outro grupo. Eu não faço isso. A minha história política não é essa.

Portanto, quero dizer que, da mesma forma, Deputado Paulinho, que recebi com toda a cordialidade e com toda a franqueza os presidentes das federações comandadas por V. Ex^a, recebi também do outro lado. É da minha essência política. Agora, esta Comissão é soberana. Se ela quiser fazer um destaque e desconvidá-los, é da decisão da Comissão.

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT – SP) – Presidente, só para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Srs. Parlamentares, vamos fazer o seguinte, Deputado Paulinho. Nós estamos com quórum, vamos fazer o seguinte. Vamos votar e fica esse destaque.

Nós vamos iniciar a votação.

Peço ao Relator para ler, para não ter dúvida do que estamos aprovando, com esse destaque da Fetaport.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS – SP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Deputado Arnaldo.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS – SP) – Quero pedir um esclarecimento ao Relator, Senador Eduardo Braga. Aquelas sugestões minhas, no que diz respeito às pessoas e de haver um espaço para especialistas e estudiosos, se isso está incorporado à proposta.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Está incorporado, sim.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Está incorporado, está incorporado.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Nobre Relator, podemos votar na íntegra, com esse destaque...

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Apenas para que não haja dúvida, é importante constar na ata o que estamos aprovando.

Então, consta dos requerimentos e da proposta apresentada a estruturação de que teremos uma semana para debates dos representantes dos trabalhadores; uma semana para debates com os representantes da iniciativa privada, divididos, conforme sugestão do Deputado Milton, em um dia daqueles que são operadores e outro daqueles que são usuários, para que nós possamos ter essa divisão, assim como podemos dividir, também, a classe trabalhadora, se assim for pertinente ou conveniente. Teremos, finalmente, os representantes do Governo Federal, aqui incluídos, além dos que estão aqui relacionados, o Ministério Público do Trabalho, por sugestão do Deputado Paulinho, e que eu já havia acatado na outra reunião desta Comissão, bem como a inclusão do Ministério da Indústria e Comércio.

Todos os que estavam propostos no requerimento do Deputado Paulinho já estão atendidos; todos os que estavam propostos em um dos requerimentos do Senador Pimentel já estão atendidos; e aí vêm os que aditam: Sr. Richard Klein, da Abratec – Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres de Uso Público; Sr. Wilen Manteli, da AABTP – Associação Brasileira dos Terminais Portuários; Sr. Paulo Godoi, da ABDIB – Associação Brasileira da Indústria de Base e Infraestrutura.

Também de autoria do Senador Pimentel, adita-se o nome do Dr. Bernardo Figueiredo, da EPL, no segmento de autoridades da União no nosso debate. Adita-se o Sr. Jorge Gerdau Johannpeter, Coordenador da Ação Empresarial; e o Sr. Robson já está aqui incluído.

De autoria do Deputado Arnaldo Jardim, adita-se o Prof. Paulo Fernando Fleury; o Prof. Antônio Delfim Netto; Dr. Sérgio Aquino.

E de autoria da Senadora Ana Rita, o Sr. José Adilson Pereira, Presidente da Intersindical da Orla Portuária do Espírito Santo.

Além disso, estamos também estabelecendo que teremos uma data para audiências públicas eventuais que surjam no decorrer desse debate, levando-se em consideração que teremos uma data limite para as audiências públicas. De acordo com o nosso plano de trabalho, nós não teremos nenhuma audiência pública além do dia 20 de março de 2013.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Que foi uma sugestão do Deputado

Onyx Lorenzoni, com essa flexibilidade...

Srs. Parlamentares, nós vamos submeter à votação... *(Pausa.)*

Pergunta-se se foi incluído o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio

Exterior.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Sim, já foi incluído. Eu já citei.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Foi incluído. Já citou.

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT – SP) — A questão que estou levantando é se vai ser votado em separado.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Tem destaque para votar em separado.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Há um destaque, já está destacado, votaremos em seguida.

Os Srs. e Sr^{as} Senadoras, Deputados e Deputadas que concordarem com o plano global apresentado, permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o plano apresentado pelo nobre Relator e os respectivos requerimentos, com aqueles que foram prejudicados por estarem já contemplados no cronograma, na cronologia, já que está em moda, na ordem cronológica estabelecida pelo nosso Relator.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Está em moda não. Essa palavra existe faz tempo.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Faz tempo, mas é que hoje, aqui, é um dia...

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – É que estão usando bastante.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Estão usando bastante ultimamente.

Bem, encerrada a discussão, há apenas um destaque do item 4, à consideração feita pelo... Já foram feitos os apelos, que é a Federação Interestadual dos Trabalhadores em Agenciamento Marítimo, Aquaviário e Operadores Portuários.

O Deputado Paulinho levantou uma não concordância com a inclusão desta federação nas audiências, e outros Deputados ponderaram que retirasse, mas a questão permanece e nós vamos ter que dar o seguinte encaminhamento: vamos ouvir duas defesas, uma de um lado, que defende a retirada da Fetaport; e em seguida uma que defende a manutenção. Está bom? Ou podemos votar imediatamente?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT – SP) – Eu quero falar.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Vamos votar imediatamente, Deputado Paulinho. Já falamos. Tudo bem? *(Pausa.)*

Os Srs. Parlamentares que concordam que permaneça a federação interestadual no rol de debates de audiências levantem o braço. *(Pausa.)*

Podem abaixar.

Os que são pela exclusão dessa federação levantem o braço. *(Pausa.)*

Está mantida a proposta original de convidar a...

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT – SP) – Quantos votos foram?

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – ... Federação Interestadual dos Trabalhadores em Agenciamento no rol de audiências.

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT – SP) – Sr. Presidente! Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Pela ordem, Deputado Paulinho da Força.

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT – SP) – Eu peço, então, para retirar as demais federações, porque nós não vamos participar se estão colocando aqui uma federação que não existe.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB – AM) – Isso é um convite, Deputado! Isso é um convite! Ou se aceita ou não se aceita.

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT – SP) – Vocês não podem pôr alguém que não representa os portuários para falar aqui. Vocês querem pôr? Então ponham e retirem as outras três federações.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Primeiro, nós aprovamos. Não tem convocação; é convite para todas as federações e operadores, enfim.

Fazemos um apelo para estabelecer um clima de debate. Vamos convidando. O nosso espírito, Paulinho da Força...

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT – SP) – Então vamos verificar a votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (José Guimarães. PT – CE) – Não é a Presidência, nem o Relator.
Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 14 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 1 minuto.)